Anexo à Instrução nº 6/2008

Banco de Portugal
EUROSISTEMA
Departamento de Supervisão Bancária

REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS EXIGIDOS PELO AVISO N.º 7/2007
RISCO DE CRÉDITO - OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO
INFORMAÇÃO DETALHADA DE OPERAÇÕES TITULARIZAÇÃO - ENTIDADES CEDENTES E PATROCINADORAS

MODELO TIT DET01 - parte I

Instituição: _____ Base: _____ Ano: _____ Mês: _____

Valores em euros

Designação da operação (1)	Instituição Cedente ou Patrocinadora	Cedências periódicas de posições em risco (2)			Posições em risco										Estrutura da operação de titularização		
		Valor de Capital	Valor de Juros	Resultado da Cedência	Montante total (3)	Proporção originada pela instituição (4) (%)	Número efectivo de posições (5)	ELGD (6) (%)	Correcções de valor e provisões (7)	Requisitos de fundos próprios sem operação de titularização (8)	Substituições (9)		Variações permitidas (10)		Total de posições com grau de subordinação elevado (11)	Reservas de caixa (12)	
											% Actual	% Máxima	% Actual	% Máxima		Valor mínimo	Valor actual
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18

Designação da operação (1)	Indicadores económicos da operação (13)		
	Designação do indicador	% Actual	% Máxima
1	2	3	4

Banco de Portugal
EUROSISTEMA
Departamento de Supervisão Bancária

REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS EXIGIDOS PELO AVISO N.º 7/2007
RISCO DE CRÉDITO - OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO
INFORMAÇÃO DETALHADA DE OPERAÇÕES TITULARIZAÇÃO - ENTIDADES CEDENTES E PATROCINADORAS

MODELO TIT DET01 - parte II

Instituição: _____ Base: _____ Ano: _____ Mês: _____

Valores em euros

Designação da operação (1)	Posições de titularização detidas (antes da aplicação de coeficientes de ponderação)																Outros proveitos auferidos (22)	Valor actual dos instrumentos de dívida emitidos pela entidade titularização (23)	Montante das posições de titularização deduzidas aos fundos próprios (24) (-)	Requisitos de fundos próprios totais (antes da aplicação do requisito máximo de fundos próprios - «CAP») (25)	Requisitos de fundos próprios totais (após a aplicação do requisito máximo de fundos próprios - «CAP») (26)
	Posições relevantes no activo (excepto instrumentos derivados)						Posições extrapatrimoniais e instrumentos derivados (17)				Cláusulas de amortização antecipada (19)		Proveitos auferidos (20)	Correcções de valor e provisões (21)							
	Grau de subordinação elevado (14)		Grau de subordinação intermédio (15)		Grau de subordinação reduzido (16)		Substitutos directos de crédito	Facilidades de liquidez elegíveis (18)	Outras	Das quais: facilidades de liquidez não elegíveis	Das quais: instrumentos derivados sobre taxa de juro	Controladas			Coeficiente de ponderação aplicado (%)						
	Objecto de notação	Não objecto de notação	Objecto de notação	Não objecto de notação	Objecto de notação	Não objecto de notação							25	26		27					
1	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	

Notas de preenchimento – Modelo TIT DET01

O presente mapa deve ser preenchido pelas instituições envolvidas em operações de titularização na qualidade de cedente ou patrocinador, independentemente de se ter considerado, ou não, que foi transferida uma parcela significativa do risco de crédito das posições em risco, nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2007.

Na presente instrução, os termos utilizados correspondem às definições estabelecidas no n.º 2 do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2007.

No caso de operações de titularização com diversas entidades cedentes (*multi-seller*), apenas deverá ser inscrito o montante que corresponde à instituição (ou ao grupo) que está a reportar. Zação, responsabilidades e actividades:

(1) Nome pelo qual a operação de titularização é designada no mercado.

(2) Informação relativa a operações em que o contrato inicial prevê um período em que os fluxos financeiros provenientes das posições em risco, na componente de capital, são canalizados para a aquisição de posições em risco adicionais (período de *revolving*). Devem ser inscritos os valores relativos ao período de reporte.

(3) Montante de posições em risco à data a que respeita o mapa de reporte.

(4) No caso de operações de titularização com diversas entidades cedentes (*multi-seller*), a instituição deve reportar apenas a proporção que as posições em risco por ela originadas representa no total de posições da operação.

(5) Aplicável apenas a instituições que calculem os requisitos para posições de titularização pelo Método das Notações Internas. Deve ser indicada a letra [a) a e)] de acordo com os seguintes intervalos: (a) se $N < 6$, (b) se $6 \leq N < 34$, (c) se $34 \leq N \leq 100$, (d) se $100 < N \leq 1000$ e (e) se $N > 1000$, em que N corresponde ao número efectivo de posições em risco de acordo com o estabelecido no ponto 13 do Anexo IV do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2007.

(6) Aplicável apenas a instituições que calculem os requisitos para posições de titularização de acordo com o Método da Fórmula Regulamentar. No cálculo do ELGD, deve ter-se em conta o estabelecido no ponto 17 do Anexo IV do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2007.

(7) Para efeitos desta Instrução, entendem-se por correcções de valor e provisões dos elementos sujeitos à determinação de requisitos de fundos próprios as provisões a que alude o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95 ou, quando tal decorra do normativo contabilístico aplicável, o valor da imparidade associada àqueles elementos.

(8) Requisitos de fundos próprios para as posições em risco caso não tivessem sido titularizadas.

(9) Quando aplicável, devem ser indicadas as percentagens de posições em risco substituídas, ao abrigo de cláusulas de substituição, face ao montante inicial de posições em risco.

(10) Quando aplicável, devem ser indicadas as percentagens de posições em risco substituídas, ao abrigo de cláusulas de variações contratuais permitidas, face ao montante inicial de posições em risco.

(11) Montante global de posições de titularização que tenham elevado grau de subordinação na estrutura global da operação de titularização, ou seja, posições que, nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2007, são sujeitas a uma ponderação de 1250% ou que, em alternativa, são deduzidas aos fundos próprios.

(12) Valor actual e mínimo contratualmente estabelecido para as reservas de caixa ("*cash reserves*") da operação. No caso de existir mais de uma reserva de caixa, devem ser desagregados os valores por colunas diferentes.

(13) Devem inscrever-se as percentagens actuais e máximas dos indicadores económicos do desempenho da operação (*economic triggers*) que despoletam a sua amortização antecipada. Devem

inscrever-se os nomes dos indicadores aplicáveis a cada operação (*Default Ratio, Delinquency Ratio, Cumulative Loss Ratio, ...*).

(14) As tranches de grau de subordinação elevado são as que, de acordo com o estabelecido no Aviso do Banco de Portugal nº 7/2007, são sujeitas a uma ponderação de risco de 1250% ou que, em alternativa, são deduzidas aos fundos próprios.

(15) As tranches de grau de subordinação intermédio são as que, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 7/2007, evidenciam um grau de qualidade de crédito de “2”, “3” e “4”, de acordo com Quadro I do Anexo II do referido Aviso.

(16) As tranches de grau de subordinação reduzido são as que não têm um grau de subordinação elevado nem intermédio. As tranches de grau de subordinação elevado são as que, de acordo com o estabelecido no Aviso do Banco de Portugal nº 7/2007, são sujeitas a uma ponderação de risco de 1250% ou que, em alternativa, são deduzidas aos fundos próprios.

(17) Devem ser incluídas quaisquer posições extrapatrimoniais perante uma operação de titularização. Relativamente às facilidades de liquidez e outras linhas de crédito, as instituições devem incluir os montantes não utilizados.

(18) Facilidades de liquidez que cumpram os requisitos estabelecidos no ponto 9 do Anexo III do Aviso do Banco de Portugal nº 7/2007.

(19) Informação a reportar nas operações de titularização de posições em risco renováveis que contenham uma cláusula de amortização antecipada. Consideram-se controladas as cláusulas de amortização antecipadas que cumprem os requisitos estabelecidos no ponto 21 do Anexo III do Aviso do Banco de Portugal nº 7/2007.

(20) Devem ser indicados os proveitos auferidos no período de reporte que estejam associados às posições de titularização detidas na operação, nomeadamente a remuneração obtida e eventuais valorizações que as mesmas tenham registado.

(21) Devem ser inscritas as correcções de valor (onde se incluem a imparidade e eventuais amortizações efectuadas ao valor das posições) e as provisões associadas às posições de titularização, tal como definidas na nota 7, efectuadas no período de reporte do mapa.

(22) Devem inscrever-se os proveitos auferidos com a operação no período de reporte que não estejam relacionados directamente com a detenção de posições de titularização (v.g. proveitos associados à gestão das posições em risco).

(23) Deve inscrever-se a soma dos valores dos instrumentos de dívida, à data do reporte do mapa, emitidos pela entidade especial de titularização que não sejam detidos pela instituição.

(24) Valor a reportar quando a instituição utilizar as prerrogativas estabelecidas nos pontos 25 do Anexo III ou 38 do Anexo IV, ambos do Aviso do Banco de Portugal nº 7/2007.

(25) Requisitos de fundos próprios calculados com base nos montantes ponderados pelo risco, antes da aplicação do disposto nos pontos 3 ou 18 do Anexo III do Aviso do Banco de Portugal nº 7/2007 (relativos ao limite máximo de montantes ponderados pelo risco).

(26) Requisitos de fundos próprios totais, após a aplicação do limite máximo especificado nos pontos 3 ou 18 do Anexo III do Aviso do Banco de Portugal nº 7/2007.